



**NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI N. 14.550/23 E SEUS REFLEXOS NA LEI
MARIA DA PENHA**

**LEGAL NATURE OF EMERGENCY PROTECTIVE MEASURES:
CONSIDERATIONS ON LAW N. 14.550/23 AND ITS REFLEXES ON THE MARIA
DA PENHA LAW**

Marlon Diego Pereira¹
Paulo Silas Taporosky Filho²

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta central a de analisar os efeitos da Lei n.º 14.550/23, que dispõe sobre nova ótica legal da aplicação das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha. O problema que norteou a pesquisa foi: não existindo a necessidade de a medida protetiva de urgência corresponder a um preceito criminal, não estaria com isso se possibilitando a existência de um processo penal sem crime? O objetivo foi analisar a implementação da nova lei de medidas protetivas de urgência na lei Maria da Penha e quais as implicações e as problemáticas legais que poderiam surgir a partir do seu uso. A justificativa se evidencia ao considerar que as medidas protetivas de urgência constituem um notório instituto jurídico que é aplicado desde quando implementada a Lei Maria da Penha, mas que recebe agora uma roupagem normativa própria quando considerada a previsão da desnecessidade de existir tipificação penal da violência que dá base para a aplicação das medidas, tendo-se assim a atenção devida que se volta para a inovação legislativa nesse sentido. A metodologia proposta é de ser uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, efetivada a partir de revisão bibliográfica. No que se refere aos resultados encontrados, tem-se que a natureza jurídica das medidas protetivas de urgência é diferente daquela inerente do processo penal, razão pela qual não há que se falar em suposto processo penal sem crime, posto que as medidas protetivas de urgência possuem natureza jurídica mista que abarca também a seara cível.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha; medida protetiva de urgência; crime; processo penal.

¹Acadêmico do curso de direito na Universidade do Contestado – UNC, Campus Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: marlondiego090@gmail.com.

²Mestre em Direito (UNINTER); Especialista em Ciências Penais; Especialista em Direito Processual Penal; Especialista em Filosofia; Especialista em Teoria Psicanalítica; Bacharelado em Letras (Português); Professor de Processo Penal e Direito Penal (UNC e UNINTER); Advogado; Santa Catarina. Brasil. E-mail: paulosilasfilho@hotmail.com.

ABSTRACT

The central proposal of this work is to analyze the effects of Law No. 14,550/23, which provides for the new legal perspective of the application of urgent protective measures in the Maria da Penha Law. The problem that guided the research was: there is no need for an urgent protective measure corresponding to a criminal price, wouldn't this make it possible to have a criminal process without a crime? The objective was to analyze the implementation of the new law on urgent protective measures in the Maria da Penha Law and what implications and legal problems could arise from its use. The justification is to highlight when considering that the specific urgent protective measures of a notorious legal institute that has been applied since the Maria da Penha Law was approved, but which now receives its own normative guise when considering the prediction of the unnecessary existence of criminal classification of the violence that provides the basis for the application of the measures, with attention being given to legislative innovation in this sense. The proposed methodology is to be an exploratory research, of a qualitative nature, carried out based on a bibliographical review. Not referring to the results found, the legal nature of urgent protective measures is different due to the criminal process, which is why there is no need to talk about a supposed criminal process without a crime, since urgent protective measures have mixed legal nature that also covers civil matters.

Key-Words: Maria da Penha Law; emergency protective measure; crime; criminal proceedings.

Artigo recebido em: 14/09/2023

Artigo aceito em: 26/10/2023

Artigo publicado em: 04/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.5025>

1 INTRODUÇÃO

A considerar que a Lei da Maria da Penha conta com seus mais de 15 anos de vigência, há de se mencionar que nesse período determinados pontos da lei foram modificados por alterações legislativas pontuais, enfatizando sempre a importância dessa normativa que vem sendo discutida nos mais diversos campos sociais. Todas as discussões acadêmicas e jurídicas têm se mostrado de grande valia para a evolução e desenvolvimento não apenas do corpo da lei, mas também para entendimento e encaminhamento para reeducação da violência doméstica e familiar no Brasil.

As medidas protetivas de urgência, instrumento jurídico situado na referida lei, contam com atendimento de equipes multiprofissionais para a vítima e a família, e,

2638

mais recentemente, atendimento obrigatório de recuperação e reeducação para o agressor. Essas alterações ocorreram em 2020, com a inclusão da Lei n.º 13.984/20, que passaram a prever espécies de medidas protetivas de urgência que alhures já se designou como terapêuticas uma vez que visam reabilitar o agressor mediante acompanhamento psicossocial.

Há alterações legislativas que ocorrem com intuito de trazer melhorias e complementos aos pontos em que são possíveis observar necessidades nesse sentido – como é o caso da mera punição ao agressor sem a reeducação e compreensão sobre o ciclo da violência doméstica e familiar.

A partir disso, considera-se para fins de pesquisa a alteração mais recente que a Lei Maria da Penha sofreu, a saber, a lei n.º 14.550/23, que incrementou a Lei n.º 11.340/06 “para dispor as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei”, com a inserção dos parágrafos 4º, 5 e 6º no artigo 19 e no artigo 40-A (BRASIL, 2023). Esses pontos serão melhor explanados no decorrer do presente trabalho.

O artigo se debruça a analisar quais são os efeitos legais da inclusão da lei acima referida sob a ótica da aplicação das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha. A problemática pode ser então assim definida: não existindo a necessidade de a medida protetiva de urgência corresponder a um preceito criminal, não estaria com isso se possibilitando a existência de um processo penal sem crime?

A justificativa se encontra quando da compreensão da existência de uma tipificação de conduta penal para existência de crime, o que por sua vez é condição necessária (a prática de crime) para que o processo penal tenha início ao considerar que a justa causa é justamente uma das condições da ação penal. No caso da concessão das medidas protetivas advindas da Lei Maria da Penha, essas normalmente estão, em algum nível, atreladas a prática de alguma tipificação criminal, liame esse que se tem como desnecessário a partir da lei em comento.

A metodologia utilizada no trabalho é de pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, cuja pesquisa se deu através de revisão bibliográfica em livros, artigos e periódicos que dissertam sobre a temática levantada.

Assim, no primeiro capítulo serão abordadas questões pertinentes ao entendimento das medidas protetivas de urgência, o que são e quais são. No segundo

capítulo será abordada a finalidade das medidas protetivas, sua natureza jurídica, objetivos e comparação com as medidas cautelares do processo penal. Por fim, no terceiro capítulo, falar-se-á sobre a natureza jurídica do procedimento que defere as medidas protetivas e as correlações necessárias e pertinentes no que se refere a Lei n.º 14.550/23.

2 SOBRE AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

A Lei Maria da Penha representa um marco histórico na legislação brasileira. Há de se notar que em um contexto histórico, social e cultural a figura da mulher foi associada durante milênios à de subordinação e submissão, podendo ainda ser titulada como objeto, cujo qual o pai ou marido tinham controle absoluto sobre suas ações e comportamentos, que em caso de desobediência era passível de punição (MATOS; BRITO; PASINATO, 2020).

Quando se traz o contexto histórico para a discussão, amplia-se o olhar para a compreensão do porquê tal lei pode ser compreendida como um marco. A mulher do passado sofria por infinitos danos e lesões físicas, morais, patrimoniais, psicológicas e de cunho sexual, pois não existia e nem era permitido a figura feminina um lugar de voz ou de fala, quem dirá de escolha (TIBURI, 2018).

Diante desse cenário, os grupos feministas foram essenciais para que a mulher do passado se transformasse na mulher contemporânea, ou seja, a luta do passado serviu para que milhares de mulheres fossem libertadas das relações tipicamente conservadoras e patriarcais. A mulher conquistou espaço, voz, e compõe hoje números expressivos de denúncias de violência doméstica e familiar em todo o território nacional³ (CAMPOS, 2011).

A referida lei foi sendo aprimorada desde sua regulamentação em 2006, o que se aponta como ponto positivo, pois desde então as publicações e discussões sobre a temática têm ultrapassado os campos acadêmicos e atingido populações,

³ Direciona-se para uma abordagem de cunho nacional, pois essa não se propõe a ser uma pesquisa de direito comparado. Entretanto, frisa-se que os números podem ser observados em diversos países e continentes, mostrando que a mulher possui força e proteção jurídica para denunciar violências domésticas e familiares.

comunidades e contextos escolares, sustentando que o caráter preventivo é mais eficaz do que o punitivo (CALAZANS; CORTES, 2011).

A lei, portanto, é resultado dos esforços de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de homicídio de seu companheiro à época, e que lutou ativamente pela sua condenação e tornou-se uma das ativistas mais importantes no campo do combate da violência contra a mulher e a violência doméstica e familiar, que leva seu nome na referida lei (PENHA, 2014).

Desse modo, a partir daqui, falar-se-á com maior ênfase sobre um dos ganhos da referida lei, que é justamente o das medidas protetivas de urgência. Essas medidas são previstas na lei através dos artigos 18 e 19, referente ao capítulo II da lei: “Das medidas protetivas de urgência” (BRASIL, 2006).

No que se refere ao artigo 18 da Lei Maria da Penha, sabe-se que esse diz respeito ao aspecto formal da conduta do juiz para concessão da medida protetiva de urgência, onde esse tem o prazo de 48 horas para tomar uma decisão, quer seja favorável ou não, bem como, no caso de favorável, analisar e determinar o encaminhamento da vítima para setores adequados a fim de que possam ser orientadas as questões sobre divórcio, anulação de casamento ou ainda dissolução de união estável (incluído pela Lei nº 13.894/19). Prevê ainda a participação do Ministério Público para as providências cabíveis, bem como a determinação de apreensão imediata em caso de posse de arma de fogo do agressor (questão essa incluída pela Lei nº 13.880/19).

Nesse sentido, salientando as atribuições ao magistrado quando do pedido pelas medidas, tem-se que

o juiz pode deferir as medidas cautelares em sede liminar, designar audiência de justificação ou indeferir-las de plano. Com o intuito de garantir a segurança das vítimas e de seus familiares, é facultado ao magistrado conceder as medidas requeridas pela ofendida (arts. 12, III, 18, 19 e §3º da Lei n. 11.340/06) ou pelo Ministério Público (art. 19 e seu §3º do mesmo diploma legal) (ROSA; BRUM; AZEVEDO, 2020, p. 20).

Diferentemente das cautelares processuais que estão previstas no Código de Processo Penal, as quais possuem como finalidade o assegurar do bom, regular e efetivo desenvolvimento do próprio processo, as medidas protetivas de urgência têm

como objetivo resguardar a integridade da vítima, seja física, moral, psicológica, sexual ou material.

No parágrafo primeiro do aludido artigo, há a previsão no sentido de que “as medidas poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo ser prontamente comunicado” (BRASIL, 2006), o que significa dizer que logo após o registro de boletim de ocorrência, o juiz poderá determinar as medidas protetivas de urgência sem necessariamente acontecer uma audiência de conciliação ou mediação familiar ou ainda a manifestação do Ministério Público no processo judicial. Desse modo, enfatiza-se que o juiz, como autoridade judicial, pode “decretar as medidas protetivas de urgência em favor da vítima e de seus dependentes, [...] bem como a decretação da prisão preventiva do agressor por meio [...] das autoridades policiais” frisando que é essencial a comunicação ao Ministério Público para que esse venha a exercer seu papel de fiscalizador da lei (MONTEIRO, 2019, p. 35).

No parágrafo segundo, especifica-se que as medidas protetivas podem ser aplicadas em formato isolado ou cumulativamente com outra já existente, podendo também ser substituída por medida diversa cuja eficácia seja maior que a existente, sempre que haja reconhecimento de direitos violados ou ameaçados (BRASIL, 2006). Isso se dá pelo fato de que a referida lei tem caráter/competência híbrida ou cumulativa, ou seja, “ao mesmo tempo em que o juiz deve apurar e, se for o caso, punir o agressor pela prática da infração penal, deve apreciar e julgar matérias relativas à separação judicial, fixação de alimentos, guarda de filhos, entre outras” (ALMEIDA, 2014, p. 107). Há o entendimento também de que a pluralidade de competências atribuídas as medidas protetivas de urgência refletem na sua utilidade e aplicabilidade, não sendo necessária a aplicação de todas as medidas ao mesmo tempo.

Já no parágrafo terceiro, há o entendimento de que “poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio” (BRASIL, 2006), uma vez que compreendido que o direito as medidas protetivas também se estende para além da vítima, como por exemplo as medidas de proibição de contato com familiares ou de aproximação do local de residência da vítima e de sua família. Aqui, de igual

forma ao parágrafo anterior, entende-se que em um primeiro momento talvez a vítima não necessite que todas as medidas protetivas de urgência sejam aplicadas, mas ao decorrer dos dias ou semanas, surjam novas demandas que necessitem revisar as medidas para que novas sejam atribuídas, tendo em vista novas formas de ameaças ou violência (MONTEIRO, 2019).

O parágrafo quarto determina que “as medidas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou da apresentação de suas alegações escritas” e prevê ainda que essas “poderão ser indeferidas no caso de avaliação pela autoridade de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes” (BRASIL, 2006). Diz-se em cognição sumária, pois entende-se que o relato da vítima é o suficiente para a concessão de medida protetiva, podendo ser coletada através de depoimento em delegacia ou mediante requerimento formulado direto ao juízo.

No parágrafo quinto, especifica-se que “independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência” serão concedidas as medidas protetivas de urgência (BRASIL, 2006), uma vez que, no contexto da última alteração da Lei Maria da Penha (Lei n. 14.550/23), não é necessária conduta criminosa ou “tipificação penal da violência, ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito ou boletim de ocorrência” para a concessão das mesmas (NORONHA; MELO; PEDROSA, 2023, p.10).

Por fim, no parágrafo sexto, há a previsão legal de que as medidas de urgência permanecerão ativas enquanto houver qualquer risco ou ameaça à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus familiares (BRASIL, 2006).

Assim, se expôs até o momento sobre as medidas protetivas e o seu reconhecimento dentro da Lei Maria da Penha. A partir daqui, falar-se-á sobre a finalidade das medidas protetivas, sua natureza jurídica, o seu objetivo e uma breve pontuação e comparação com as medidas cautelares do Processo Penal.

3 SOBRE A FINALIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS

No capítulo anterior, discorreu-se sobre as medidas protetivas de urgência no contexto da Lei Maria da Penha, explanando características históricas e de luta até a sua promulgação. Uma vez compreendido e estabelecido os critérios formais para o pedido das medidas protetivas e discorrido sobre suas possibilidades, falar-se-á agora sobre o que juridicamente são as medidas protetivas e qual a sua finalidade.

Pode se dizer que as medidas protetivas de urgência possuem como escopo a garantia de um direito externo ao procedimento, de modo que esse instrumento jurídico visa assegurar questões que não estão inseridas no campo processual propriamente, ou seja, ao invés de buscar garantia a regularidade do próprio processo objetivam satisfazer uma pretensão de um fator situado na qualidade de parte, a saber, a pessoa da vítima (ALMEIDA, 2014).

Ao considerar as diversas espécies de medidas protetivas previstas em lei, é possível constatar que todas visam, em maior ou menor grau, assegurar a integridade da mulher vítima de violência doméstica e familiar. Qualquer seja a medida analisada, constata-se que a proteção da vítima sempre aparece como sendo o principal objetivo desse instrumento jurídico (TABOLKA; LANG, 2021).

A finalidade protetiva, portanto, está presente em cada uma das medidas protetivas elencadas no rol do artigo 22 da Lei Maria da Penha, que consistem, uma vez que as novas determinações ganharam espaço no ordenamento jurídico, em prevenir e combater todo e qualquer ato de violência. No que se refere as naturezas jurídicas que envolvem a referida lei, encontram-se os “âmbitos civil, trabalhista, previdenciário, penal, processual e administrativo” (TABOLKA; LANG, 2021, p. 72).

Complementa-se, ainda, que as medidas possuem caráter de proteger não somente a vítima como também seus dependentes e familiares, uma vez que se entende que há a possibilidade de a figura do agressor manipular e fazer novas ameaças através destes ou até mesmo para estes, e até mesmo causar danos patrimoniais (DIAS, 2013).

Por assim ser, falar-se-á sobre os incisos que competem o artigo 22 da Lei Maria da Penha. O inciso I, por exemplo, prevê a medida de “suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente”, medida essa aplicada contra o sujeito apontado como agressor (BRASIL, 2006). Como pode se

deduzir, ao impedir que o agressor faça jus ao seu direito de posse ou porte de armas em situações que vier a praticar violência familiar ou doméstica contra a mulher, a finalidade protetiva está presente no sentido de buscar evitar que o sujeito se valha de armamento para praticar qualquer conduta intimidatória ou lesiva contra a ofendida.

Segundo o 17º Anuário brasileiro de Segurança Pública, 76,5 % dos casos de homicídios e feminicídios teve utilização de arma de fogo como sendo o principal instrumento utilizado para matar no Brasil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). Tal dado demonstra a importância do inciso I do artigo 22 da Lei Maria da Penha nos casos de violência doméstica e familiar, uma vez que pode existir (e existe) o risco de morte das vítimas envolvidas no ciclo da violência. Fala-se também, como uma visão crítica e realista, que, os casos em que há a devida regulamentação de porte e posse são mínimos, principalmente quando observados os municípios de interior e região rural, onde é comum se ter armamento dentro de casas.

O inciso II do artigo em questão prevê a medida de “afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida” (BRASIL, 2006), de modo que, em situação de violência, busca se afastar por completo a pessoa do agressor da unidade doméstica em que convive a vítima, qualquer seja o formato de domicílio ou de outra forma de convivência.

Essa determinação se dá em caráter de prevenção de traumas e preservação do pleno desenvolvimento familiar, destacando a preocupação com a saúde psicológica, emocional e física da vítima e sua família, bem como a preservação do patrimônio (BIACHINI, 2013).

A medida de afastamento é aquela típica em que o agressor é obrigado a desocupar o lar em que coabita com a pessoa da vítima, visando com isso, evitar que novas práticas de violência ocorram. A efetivação dessa medida costuma se dar com a intimação do agressor, por oficial de justiça, que ocorre de forma presencial e pessoal, devendo a partir de então se ausentar da moradia, mantendo preservada a ofendida. Quando essa intimação se dá na própria residência, costuma ser dado um tempo mínimo ao agressor para que retire de casa os seus pertences pessoais, possibilitando, assim, que o sujeito obtenha, com seus próprios esforços, novo local em que passará a residir enquanto permanecer vigente o prazo da medida protetiva de urgência (TABOLKA; LANG, 2021).

Importante destacar que o afastamento pode ocorrer independentemente de questões relativas à titularidade de posse ou propriedade do imóvel do qual o agressor é afastado. Isso significa dizer que, mesmo quando se tratar de casa própria e o dono for o agressor, ou ainda, em caso de moradia alugada o contrato de locação estiver em nome do agressor, a medida poderá ser deferida, tendo em vista que a análise do requerimento é feita em sede de cognição sumária, postergando para momento futuro questões jurídicas como as dos exemplos acima citados, oportunidade em que na fase de dilação probatória poderão ser discutidos tais aspectos (TABOLKA; LANG, 2021, p. 72).

O inciso III prevê a proibição de algumas condutas do agressor, contemplando três hipóteses de condutas proibidas.

A primeira dessas condutas é a “aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre esses e o agressor” (BRASIL, 2006). Em regra, a determinação se dá somente para com relação a ofendida, devendo ser demonstrada a necessidade e justificada a razão pela qual uma determinada decisão acabe por proibir o agressor também de se aproximar de familiares da vítima ou de testemunhas dos fatos. Assim, é possível que essa medida abarque somente a vítima ou também inclua familiares como filhos, cunhados, tios, pais e afins (CAVALCANTE, 2014).

Conforme o próprio dispositivo prevê, a aproximação proibida é determinada por uma distância mínima fixada pelo julgador, o que sempre se dá na ordem de metragem, costumando as decisões nesse sentido serem fixadas em quantias como 200 metros, 300 metros, 500 metros e assim por diante.

A segunda conduta proibida pela norma é o “contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação” (BRASIL, 2006). Essa medida muitas vezes é aplicada conjuntamente àquela vista no item anterior, pois por vezes de nada adianta proibir que o agressor se aproxime da vítima enquanto esse pode entrar em contato com essa pelas mais variadas formas possíveis. Assim, a proibição pode abranger contatos por telefone, carta, redes sociais e quaisquer outros aplicativos de mensagens, a qual de igual modo pode se estender para familiares da vítima e testemunhas quando justificada a pertinência (CAVALCANTE, 2014).

A terceira e última proibição diz respeito a “frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da vítima” (BRASIL, 2006).

Essa medida, cuja finalidade consta explicitamente redigida no dispositivo, objetiva que o agressor não possa se fazer presente em locais determinados que a vítima frequente com assiduidade (CAVALCANTE, 2014). É o caso, por exemplo, de instituições de ensino, igrejas e trabalho que a vítima seja aluna, membro ou funcionária do local, quando o agressor restará impedido de frequentar quaisquer desses lugares.

O inciso IV prevê a “restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar” (BRASIL, 2006). Uma vez observado o processo natural de guarda e visitas, sabe-se que ambos os genitores tem direitos, deveres e participação igualitária na vida dos filhos menores, entretanto, tal previsão pode sofrer restrição de visitas ou ainda a suspensão por tempo indeterminado quando do caso de violência doméstica e familiar, uma vez que, segundo Vieira (2016), enquadra-se como uma medida de rearranjo familiar.

A família deve ser local de proteção e de desenvolvimento saudável e funcional de todos os seus membros, e, uma vez observado riscos ao desenvolvimento social, emocional, psicológico, físico, material ou sexual, pode ser determinado via juizado a restrição das visitas, visitas supervisionadas ou ainda a suspensão do direito de visitação por parte do agressor (VIEIRA, 2016).

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo 3º que o infante e adolescente “gozam de todos os direitos fundamentais inerente à pessoa humana” e que por isso devem ser assegurados de “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social” respeitando sempre as condições de liberdade de dignidade (BRASIL, 1990).

Enfatiza-se, conforme Martins, Fuchs e Cury, que, “forçar a convivência entre a vítima e o agressor em função dos filhos traria tensão, possibilidade de novas agressões e até mesmo impactos irreversíveis aos filhos que presenciam esse tipo de relação” (2016, p.15). Desse modo, observa-se que a proteção do pleno desenvolvimento, tal qual de sua dignidade, deve ser preservado e assegurado, inclusive em casos de alienação parental e de violência doméstica e familiar.

No inciso V há a menção referente a “prestação de alimentos provisionais ou provisórios” (BRASIL, 2006), que diz respeito ao pagamento de alimentos aos dependentes ou a própria vítima, observando o disposto no Código Civil. Os alimentos provisionais dizem respeito a uma decisão liminar sobre a própria causa ou

procedimento, no caso, uma liminar determinando o valor do pagamento referente a pensão alimentícia antes mesmo que o processo seja discutido. Os alimentos provisionais dizem respeito a uma ação de natureza cautelar, que são conferidos em caráter provisório devido a uma demanda específica que depende de outra como sendo a fonte principal, exemplo o que ocorre na Lei Maria da Penha, com o afastamento do agressor do lar familiar e a determinação de pagamento de alimentos aos dependentes menores e/ou a vítima (BRASIL, 2002).

Um fator de relevância crítica ao ponto de análise, é justamente a dependência econômica observada em diversos casos de violência doméstica e familiar, onde a obrigação da prestação de alimentos tem relevância notável, pois, sem o devido pagamento não há como manter o sustento do lar familiar. Segundo Belloque (2011), esse é um dos fatores de silenciamento das vítimas de violência doméstica e familiar, pois, em muitos casos, não enxergam possibilidade de existirem e garantirem o sustento dos filhos de forma adequada sem a presença do marido/agressor.

O inciso VI determina o “comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação” (BRASIL, 2006), tal medida é recente e que ganhou palco para diversas discussões no campo acadêmico em caráter multidisciplinar, uma vez observado, principalmente pelos apontamentos dos estudos da psicologia, onde há o reconhecimento de um ciclo de violência com tipos e fases diferentes de violência, como a violência psicológica, a patrimonial, a sexual, a física, etc. (ZUCCO, SILAS FILHO, 2021). Essa determinação pode ser vinculada a algum serviço de política pública, como, por exemplo, o Centro de Referência a Assistência Social (CRAS) ou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ou ainda a algum núcleo de serviços psicológicos de Universidades.

O que se sustenta é que quando identificado que toda violência é aprendida pelo sujeito desde a infância (quer seja a sua realidade ou aquilo que ‘cresceu’ ouvindo) e reproduzida nos mais diversos âmbitos da vida, há então, uma possibilidade de que esse mesmo sujeito entenda o padrão da violência, como ela evolui de forma cíclica e quais são os gatilhos para cada violência, proporcionando assim uma visão e compreensão de si mesmo e do ciclo de violência (ZUCCO; SILAS FILHO, 2021). Nos grupos terapêuticos com agressores de violência doméstica várias técnicas de controle da raiva e comunicação não violenta são aprendidas, possibilitando ao sujeito que quando se ver em uma situação de ‘descontrole’ ou de

‘fortes emoções’⁴ possa escolher agir de outras maneiras que não o seu rol clássico de violência.

A recuperação e reeducação comportamental e psicológica do agressor atinge sucesso quando ele entende que a violência é aprendida e reproduzida, quando compreende suas emoções, quando entende o crime implícito na violência e quando se propõe a traçar um caminho diferente para si e para sua família, pautado principalmente no respeito (ZUCCO; SILAS FILHO, 2021).

Por fim, no inciso VII, há a previsão de “acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio” (BRASIL, 2006). Essa medida possui efeitos semelhantes ao inciso anterior, possibilitando ocorrer tanto em formato individual quanto em grupos. O atendimento pode ocorrer através de equipe multidisciplinar ou através da psicoterapia convencional. O intuito, portanto, é o de proporcionar consciência da ilicitude dos atos de violência do agressor.

4 SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO PROCEDIMENTO QUE DEFEREM AS MEDIDAS

Ao se falar em natureza jurídica de determinado instituto jurídico, está a se dizer sobre aquilo que o constitui enquanto tal, estabelecendo sua base, sua conceituação, sua definição ou ainda classificação de modo que se permita reconhecer em que âmbito tal instituto se adequa. Questiona-se assim de que forma ou em que sentido as medidas protetivas de urgência podem ser catalogadas, além do próprio procedimento judicial que tramita.

As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha têm como finalidade a proteção da vítima, não sendo essa necessariamente enquadrada como uma tipificação penal ou processual. Por mais que esse entendimento já viesse sendo adotado pelos Juizados, Secretarias, Varas e Tribunais, foi tão somente com a edição da Lei n. 14.550/23 que passou a se incorporado de forma expressa no texto legal da Lei n. 1.340/06. Assim, tem-se como objetivo unicamente o de proteger a vítima e pessoas de seu convívio.

⁴Grifo dado pelos próprios autores com intuito de simplificar o entendimento dos processos psicológicos básicos e das alterações dos sentimentos e emoções.

No Processo Penal, fala-se em medidas cautelares que restringem a liberdade do acusado ou investigado, que são aquelas que podem ser aplicadas de forma substitutivas à prisão. Pelo uso dessas, entende-se que são medidas legítimas quando da existência de risco ao processo ou à investigação processual, aplicando-se determinadas medidas em caráter de cautela para que, de forma moderada, observando-se os juízo e razoabilidade, adequação e proporcionalidade, haja uma espécie de controle sobre os comportamentos e conduta do investigado ou acusado de modo a permitir a regular tramitação do processo (LOPES JR, 2018).

No caso das medidas protetivas de urgência, observa-se pelo artigo 22 da Lei Maria da Penha que ali se encontram obrigações e restrições que têm como objetivo proteger a vítima do contato direto ou indireto com o agressor, sua vida e sua dignidade, tendo assim uma base justificante diversa daquelas medidas de caráter processual previstas no Código de Processo Penal (as medidas cautelares diversas da prisão).

No artigo 23 da Lei n. 11.343/06, volta-se o olhar para a proteção da vítima através de condutas e políticas públicas e de assistência social com finalidade de prevenção de maiores danos, além de que ainda, no artigo 24, tem-se como base a proteção do patrimônio e bens particulares das vítimas ou ofendidas. O objetivo cautelar dessas medidas se define e estabelece para salvaguardar da integridade da vítima, portanto.

Por assim ser,

neste sentido, torna-se claro que a Lei Maria da Penha vem se utilizando de várias formas de medidas para a segurar a integridade das vítimas, estendendo aos juízes prerrogativas de fornecerem todo o tipo de medida necessária para a segurança das vítimas, bem como de seus patrimônios (LOUZADA, 2023, p.13).

Analisando em sentido comparativo as medidas cautelares diversas da prisão constantes no Código de Processo Penal e as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, tem-se que ambas são medidas que impedem que determinadas condutas e comportamentos sejam praticados pelo noticiado, investigado ou acusado, uma vez que são medidas que restringem a liberdade desse em maior ou menor grau. Porém, tanto a base justificante dessas medidas quanto a finalidade de sua aplicação, além ainda das próprias espécies ao considerar os seus

formatos, diferem-se, pelo que por mais possuam algumas semelhanças, tratam-se de institutos jurídicos diversos.

A prisão preventiva aparece como possibilidade estando reconhecida pelo Código de Processo Penal quando do descumprimento das medidas de proteção concedidas à vítima, bem como consta prevista na própria Lei Maria da Penha. Nesse sentido, Louzada pontua que:

para a garantia da execução das medidas protetivas de urgência, como uma forma de assistência à mulher em situação de violência doméstica, a supracitada lei trouxe em seu art. 42 a possível decretação de prisão preventiva dos agressores, adicionando o inciso IV ao art. 313 do Código do Processo Penal (CPP), surgindo com o fim de sancionar ao acusado que descumprir as medidas de proteção concedidas à vítima (2023, p. 10).

No que se refere a natureza jurídica do procedimento que defere as medidas protetivas de urgência, tem-se que esse é de formato específico e exclusivo da Lei Maria da Penha, pois, a característica desse processo será unicamente a de discutir sobre as medidas protetivas, tratando-se de uma espécie de medida de caráter endoprocessual que se instaura e se exaure a partir e para si própria, possuindo natureza mista, ou híbrida, que faz com que as medidas não estejam situadas unicamente no campo penal, mas também de maneira conjunta com outras áreas do direito.

No processo penal, quando são decretadas medidas cautelares, essas ocorrem dentro do próprio processo, no mesmo procedimento jurídico. Ou seja, no processo penal, a medida cautelar visa restringir a liberdade do noticiado – em maior ou menor grau - para que esse não interfira de algum modo no trilhar da investigação ou do próprio processo, notificando e vinculando as medidas cautelares ao caso em questão (SANTOS, 2023).

A Lei Maria da Penha, principalmente com a alteração ocorrida em 2023 - objeto de discussão do presente trabalho -, institui que não há a necessidade de se instaurar inquérito ou processo judicial penal devido as medidas protetivas de urgência concedidas a partir da vontade da vítima, cuja redação do § 5.º do artigo 19 da Lei prevê que “as medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, de ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência”, corroborando assim para

a natureza jurídica *sui generis* dos procedimento em que tramitam as medidas que aqui se destaca.

As medidas figuram como suficientes dentro daquilo que as compõem: assegurar a dignidade, proteção e integridade da vítima mediante a restrição de contato e a liberdade do agressor.

Assim sendo, tem-se como evidenciado o fato de que a natureza jurídica das medidas protetivas de urgência não é a mesma daquela que embasa as medidas cautelares diversas da prisão (incluindo até mesmo a própria prisão processual), razão pela qual constitui equívoco questionar se o § 5.º do artigo 19 da Lei Maria da Penha possibilitaria a existência de um processo penal sem crime, pois o procedimento que gera a tramitação das medidas protetivas de urgência é de natureza mista, híbrida, *sui generis*, ou seja, não se trata propriamente de processo penal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a exposição realizada nos tópicos do presente trabalho, observou-se que a resposta encontrada para a problemática que moveu a pesquisa restou prejudicada pelo fato de que a pergunta-problema conta com um necessário ajuste de premissa. Não que com isso a conclusão reste impossibilitada. Muito pelo contrário. Mas se aduz aqui nesse tópico conclusivo que uma coisa (inexistência de necessidade de a medida protetiva de urgência corresponder a um preceito criminal) não significa outra (a existência de um processo penal sem crime).

Para se chegar em tal conclusão, percorreu-se um caminho que permitiu analisar em que consiste e como se efetiva a determinação de aplicação das medidas protetivas de urgência do âmbito da Lei Maria da Penha, de modo que com isso foi possível vislumbrar o âmbito próprio no qual se situa o procedimento em que tramitam as medidas em questão.

Assim, em um primeiro momento foi realizada uma abordagem mais ampla sobre as medidas protetivas de urgência, a fim de que pudesse se situar na definição desse importante instrumento jurídico. Em seguida, a finalidade das medidas protetivas de urgência foi analisada, de modo que com isso pode ser estabelecido em que consistem e para que se prestam as referidas medidas. Por fim, o objeto do estudo recebeu abordagem no último capítulo, a saber, a natureza jurídica das medidas

protetivas de urgência, possibilitado assim uma definição mais adequada desse instituto, o que foi feito em um sentido comparativo com as medidas cautelares diversas da prisão próprias do processo penal, repercutindo em uma definição mais clara daquilo que vêm a ser as medidas protetivas de urgência.

Mediante a abordagem realizada, é possível então concluir no sentido de que a previsão do § 5.º do artigo 19 da Lei Maria da Penha (incluído pela Lei n.º 14.550/23) não enseja em se ter o procedimento das medidas protetivas de urgência como fosse espécie de processo penal sem crime, uma vez que essa via procedimental não possui natureza jurídica exclusivamente penal, possuindo, em realidade, natureza jurídica híbrida, ou mista, uma vez que situada no âmbito penal, civil, familiar e inclusive de outras áreas jurídicas, podendo ser designada como natureza *sui generis*.

A premissa que merece adequação, portanto, no problema que moveu pesquisa, diz respeito a considerar o procedimento das medidas protetivas de urgência não como processo penal fosse, mas na qualidade *sui generis* (mista) que acima se apontou.

Ao estabelecer a Lei Maria da Penha em seu § 5.º do artigo 19 a desnecessidade de a violência sofrida pela vítima que legitima a aplicação de medidas protetivas de urgência corresponder a determinado injusto penal, não se tem em decorrência disso violação aos preceitos basilares do processo penal ao considerar a natureza jurídica própria dessas medidas, podendo se falar inclusive que o legislador reconheceu via normativa por meio da Lei n.º 14.550/23 algo que já vinha sendo aplicado pelo Poder Judiciário por contar com entendimento justamente nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angélica de Maria Mello de. Aspectos Penais e Processuais - Lei Maria da Penha. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo v. 15, n. 38, 2014. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/2014/Cadernos_Jur%C3%ADricos_38.pdf#page=113. Acesso em: 07 ago. 2023.

BELLOQUE, Juliana Garcia. Das medidas protetivas que obrigam o agressor – artigos 22. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 307-314.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**: lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. [Código de Processo Penal (1941)]. Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. [Código Penal (1940)]. Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o código penal. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Institui a Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.984, de 3 de abril de 2020. Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Lei n. 14.550, de 19 de abril de 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14550.htm. Acesso em: 02 jul. 2023.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. (org.). **Lei Maria da Penha**: comentada em uma perspectiva jurídico feminista. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2011. p. 39-63.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Lei Maria da Penha**: comentada em uma perspectiva jurídico feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2011, p.65-92.

CAVALCANTE, Elaine Cristina Monteiro. Apontamentos sobre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, v. 15, n. 38, 2014. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/2014/Cadernos_Jur%C3%ADdicos_38.pdf#page=113. Acesso em: 07 ago. 2023.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 15.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LOUZADA, Wellington. **Medidas Protetivas para combate à violência doméstica contra mulheres e para coibir o feminicídio**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito) – Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35727>. Acesso em: 05 set. 2023.

MARTINS, Aquiles; FUCHS, Lucas; CURY, Thais. A guarda dos filhos nos casos de violência doméstica contra a mulher. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caap/indexindex.php/revista/article/view/434>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MATOS, Myllena Calazans de; BRITO, Priscila; PASINATO, Wânia. A nova Lei Maria da Penha: Análise das alterações recentes da lei de enfrentamento à violência doméstica. In: SEVERI, F. C.; CASTILHO, E. W. V.; MATOS, M. C. (orgs) **Tecendo fios das Críticas Feministas ao Direito no Brasil II: direitos humanos das mulheres e violências**: v. 2. Ribeirão Preto: FDRP/USP, 2020.

MONTEIRO, Catherine Groenwold. **Lei Maria da Penha: a efetividade das medidas protetivas de urgência no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2019. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019.

NORONHA, Ana Luiza Gonçalves; MELO, Denise Noronha de; PEDROSA, Eduarda Shirley Fernandes de Oliveira Vale. **Lei maria da penha: aplicabilidade das medidas protetivas e eficácia na delegacia de ASSÚ-RN**. 2023. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Potiguar, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35950>. Acesso em: 07 ago. 2023.

PENHA, Maria da. **Sobrevivi... posso contar**. 2.ed. Armazém da Cultura, 2014.

ROSA, Laís Carminati Gomes Vences; BRUM, Robertta Corrêa; AZEVEDO, Inessa Trocilo Rodrigues. A natureza jurídica das medidas protetivas de urgência da lei maria da penha. **Conexão Acadêmica**, v. 11, jul. 2020. Disponível em: https://unignet.com.br/wp-content/uploads/ca_215-a-natureza-juridica-das-medidas-protetivas-de-urgencia-da-lei-maria-da-penha-lais-roberta-e-inessa.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

SANTOS, M. R. Bezerra dos. O punitivismo cautelar estatal como exercício de poder e controle. **Boletim IBCCRIM**, v. 31, n. 369, 2023. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/640. Acesso em: 05 set. 2023.

TABOLKA, Lauren Hanel Lang; LANG, Lilian Hanel. As implicações das medidas protetivas de urgência da lei maria da penha. **Revista da Defensoria Pública RS**, Porto Alegre, a. 12, v. 1, n. 28, p. 62-79, 2021.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2018.

VIEIRA, Sinara Gumieri. **Lei Maria da Penha e Gestão Normalizadora da Família**: um estudo sobre a violência doméstica judicializada no Distrito Federal entre 2006 e 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. 2016.

ZUCCO, Larissa; SILAS FILHO, Paulo. Para além do aspecto repressivo: o enfoque terapêutico das medidas protetivas de urgência a partir da lei 13.984/20. *In*: SILVA, Bruna Isabelle Simioni; TOMAZONI, Larissa Ribeiro, SILAS FILHO, Paulo (Orgs.). **15 Anos da Lei Maria Da Penha**: avanços e desafios. Londrina, PR: THOTH, 2021.